

PLANO DO DESENVOLVIMENTO  
TERRITORIAL PARTICIPATIVO  
DE SERGIPE



**PARTICIPAÇÃO,  
DESENVOLVIMENTO  
E CIDADANIA**



**SERGIPE**  
GOVERNO DE TODOS

[www.seplan.se.gov.br](http://www.seplan.se.gov.br)



**GOVERNO DE SERGIPE**  
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

**MARCELO DÉDA CHAGAS**  
GOVERNADOR DO ESTADO

**BELIVALDO CHAGAS SILVA**  
VICE - GOVERNADOR DO ESTADO

**MARIA LÚCIA DE OLIVEIRA FALCÓN**  
SECRETÁRIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

**GUILHERME MAIA REBOUÇAS**  
SECRETÁRIO ADJUNTO DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

**CARLOS HERMÍNIO DE AGUIAR OLIVEIRA**  
SUPERINTENDENTE DE DESENVOLVIMENTO, CAPTAÇÃO DE RECURSOS E  
PROGRAMAS ESPECIAIS



## SUMÁRIO

1. HISTÓRICO	3
2. PROPOSTA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO	5
2.1 Os Territórios Instituídos	10
3. CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO	18
3.1 Participação Democrática	18
3.2 Controle Social	22
3.3 Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo	22
3.4 As Dimensões do Plano de Desenvolvimento	24
4. CONCLUSÃO	25
5. BIBLIOGRAFIA	26
ANEXO I – Dimensões, Variáveis e Indicadores da Investigação	27
ANEXO II – Calendário das Conferências Municipais, Territoriais e Estadual do PDTP e Conferência Estadual das Cidades	33



## PLANO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO DE SERGIPE

### 1. HISTÓRICO

No contexto das diversas discussões conceituais sobre Território e de suas múltiplas dimensões, Milton Santos cita:

*" O território, hoje, pode ser formado por lugares contíguos (horizontalidades) e por lugares em rede (verticalidades). São, todavia, os mesmos lugares que formam redes e que formam o espaço banal. São os mesmos lugares, os mesmos pontos, mas contendo simultaneamente funcionalizações diferentes, quiçá divergentes ou opostas" (Santos, M; 2005, p.139).*

Independente da discussão teórico-conceitual do termo, e considerando o caráter multi-escalar dos processos econômicos e as novas formas de gestão, a Secretaria de Estado do Planejamento – SEPLAN constatou a necessidade da revisão não apenas conceitual, mas, sobretudo legal, estrutural e operacional do processo de planejamento e de sua unidade instrumental. Dentre eles destacamos:

- a. geração de dados "sem crítica" e tecnologia obsoleta ou "com dono";
- b. desintegração de políticas públicas;
- c. PPA e LOA como instrumentos fictícios;
- d. programas e projetos descoordenados e desarticulados;
- e. decisão e ação em gabinete e pensados a partir da oferta – "autocratas";
- f. mecanismos de controle social incipientes ou inexistentes;
- g. processo de planejamento desvalorizado;
- h. orçamento da Secretaria do Planejamento não compatível com as funções dos programas propostos.

Assim, visando melhorar o desempenho gerencial da Administração Pública e contribuir para a efetividade das ações e dos programas, o Governo do Estado, através da SEPLAN, adotou o princípio da convergência territorial na alocação dos investimentos, e buscou a experiência de outras instituições que atuam em bases regionais e territoriais (nacionais e internacionais) como a Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, na definição e gestão de territórios; o Banco do Brasil, com o Programa "Desenvolvimento Regional Sustentável"; a ADENE, com o Programa

Estratégico de Desenvolvimento Sustentável; o Programa "Políticas Regionais", do Ministério da Integração Nacional, dentre outros, e as experiências com os arranjos territoriais franceses e os pactos territoriais italianos.

Na perspectiva do planejamento de um Novo Sergipe, assumido pelo Governo Marcelo Deda, é necessário não apenas a eliminação deste modelo de gestão, mas, sobretudo instituir um novo processo de planejamento, em base territorial e cujas ações e decisões sejam tomadas efetivamente a partir das demandas dos diferentes setores e da população, isto é, um processo participativo.

Para tanto, o Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Planejamento, realizou o Seminário PLANEJAMENTO DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DE SERGIPE, no período de 06 a 09 de fevereiro de 2007, com os seguintes objetivos:

- i. construir um ciclo virtuoso de desenvolvimento sustentável e de interiorização do crescimento econômico em Sergipe;
- ii. capacitar os setores públicos para a gestão territorial;
- iii. definir critérios e estabelecer metodologias de planejamento territorial participativo.

Durante o Seminário celebrou-se Protocolo de Intenções entre o Governo do Estado e Instituições como: MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO, através da Secretaria de Desenvolvimento Territorial; o INSTITUTO NACIONAL DE COLONIZAÇÃO E REFORMA AGRÁRIA – INCRA; MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL, através da Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional; a AGENCIA DE DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE – ADENE; a COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA – CODEVASF; o INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE; o BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A; o BANCO DO BRASIL – BB; o BANCO DO ESTADO DE SERGIPE - BANESE; a CAIXA ECONÔMICA FEDERAL – CEF; o BANCO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL – BNDES; a PETRÓLEO BRASILEIRO S/A - PETROBRAS; e, a UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE - UFS, visando a elaboração e implementação do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe e a articulação necessária à garantia da efetividade das ações propostas.

O Seminário contou com palestras de renomados professores e consultores e a participação de autoridades e técnicos de diversos órgãos setoriais que relataram experiências a respeito do planejamento territorial e da implementação de ações em bases regionais e territoriais no Brasil, na França e na Itália.

A sistemática do Seminário permitiu a distribuição de palestras e painéis, de modo que os temas abordados facilitassem a compreensão da construção dos territórios, tendo sido concluído com a realização de quatro oficinas cujas temáticas compreendiam: definição de critérios para o estabelecimento de territórios e aglomerações; metodologia de diagnóstico dos cenários dos territórios; metodologia e instrumentos de planejamento de ações nos territórios e metodologias de acompanhamento e de avaliação de efetividade das políticas públicas nos territórios.

A partir da construção das metodologias, a SEPLAN contactou a Universidade Federal de Sergipe para elaborar um diagnóstico do Estado e definir os territórios que respaldariam o processo de planejamento do desenvolvimento.

## 2. PROPOSTA DA TERRITORIALIZAÇÃO DO ESTADO

De acordo com o diagnóstico elaborado pela Universidade Federal de Sergipe:

*"Pensar o planejamento do estado de Sergipe de maneira territorial não significa apenas propor uma modificação na escala de planejamento do processo de desenvolvimento (dos municípios para os territórios), mas procurar mobilizar os atores desse processo em torno de uma visão estratégica das potencialidades e limites de cada território e os meios da política pública capazes de implementar um projeto territorial de desenvolvimento sustentável" (SEPLAN/UFS, 2007).*

Utilizando-se da forte polissemia intelectual que envolve o termo, os argumentos selecionados para as precisões teórico-metodológicas neste trabalho foram:

- **os jurídico-políticos** – circunscrições e controles pelos quais o território é delimitado e controlado por determinado poder, como defendido pelo Professor Manoel Correa de Andrade;
- **os culturais** – dimensão simbólica e subjetiva que forma e molda o território ( P. Tizon).



- **os econômicos** – o território como o produto de uma disputa econômica, como pensavam os Geógrafos Lefévre e Milton Santos.
- **os semiológicos** – fluxos informacionais e redes redefinem uma territorialidade além do espaço concreto, proposto por Raffestin e Vilella.
- **os psicossociológicos** – o território é percebido como um processo subjetivo, onde fenômenos imateriais e ou simbólicos são produzidos pelo imaginário social, e
- **da prática histórica**, oriundos da Pesquisa & Desenvolvimento.

Do ponto de vista do planejamento do desenvolvimento em base sustentável e participativa, a compreensão da questão territorial deve ser pensada em conjunto com os atores sociais envolvidos. Em assim sendo, o processo de construção de territórios pelos diversos atores define e justifica a idéia de "territórios de identidade".

A definição de território utilizada neste trabalho foi proposta pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA.

Assim, Território

*"é um espaço físico, geograficamente definido, geralmente contínuo, compreendendo a cidade e o campo, caracterizado por critérios multidimensionais – tais como o ambiente, a economia, a sociedade, a cultura, a política e as instituições – e uma população com grupos sociais relativamente distintos, que se relacionam interna e externamente por meio de processos específicos, onde se pode distinguir um ou mais elementos que indicam identidade e coesão social, cultural e territorial." (MDA, 2004)*

As principais dimensões da reprodução dos atores sociais no espaço foram identificadas como: econômico-produtiva, social, político-institucional, cultural e geoambiental. Os elementos norteadores das dimensões selecionadas foram representados por 15 variáveis e 79 indicadores<sup>1</sup>, que permitiram o agrupamento dos municípios de acordo com a identidade territorial observada.

<sup>1</sup> As variáveis e os indicadores utilizados encontram-se no Anexo I.



Importa esclarecer que a construção dos contornos dos territórios resultou de ampla discussão e negociação com diversos atores sociais envolvidos, conforme pode ser observado no quadro a seguir.

### Cronologia de Construção da Proposta de Territorialização

DATA	EVENTO	Nº DE PARTICIPANTES	OBSERVAÇÃO
6 a 9 de fevereiro de 2007	Seminário "Planejamento do Desenvolvimento Territorial de Sergipe"	Mais de 300 participantes	Conferências, Palestras, Debates, Concertações e Oficinas.
14/02	Reunião de Trabalho com Professores da UFS	Equipe Diretiva da SEPLAN e Professores da UFS	Discussão dos critérios, procedimentos e metodologias.
23/02	Oficina de Ações Federais em Sergipe	Cerca de 120 pessoas e representantes de 15 organizações federais	Apresentação das ações federais em execução no estado.
20/03	1ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios.	Cerca de 100 representantes	Apreciação e ajuste da proposta de Territorialização.
26/03	2ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios	SDT/MDA, Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural, SEPLAN, Articuladores e outros.	Discussão da contraposição dos territórios apoiados pelo SDT/MDA e os da SEPLAN
27/03	3ª Oficina para concertação da proposta dos Territórios	Cerca de 150 participantes.	Concertação e ajuste da proposta final dos territórios
29/03	Oficina: Visão, Atratividade e Perspectivas das Empresas em Sergipe	Participação de 116 e 58 Empresas	Apresentação das ações e perspectivas empresariais em Sergipe
18/04	Sessão solene de assinatura do Decreto instituindo os Territórios.	Cerca de 300 participantes: Governador do Estado, Prefeitos Municipais, representantes de Movimentos Sociais.	Adesão dos Municípios ao processo do Planejamento do Desenvolvimento Territorial Participativo.

A partir das discussões e concertações das propostas apresentadas pela UFS e da contraposição dos territórios apoiados pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, estabeleceu-se uma aproximação dos territórios. A distribuição espacial dos Territórios propostos encontra-se na página seguinte.

Os Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe, instituídos através do Decreto nº 24.338, de 20 de abril de 2007, servirão de base para a promoção do desenvolvimento equânime entre as diversas regiões do Estado. A assinatura do Decreto de Instituição dos Territórios ocorreu em Ato Público e contou com a participação de cerca de 60% dos Prefeitos Municipais que, durante o evento, aderiram ao processo do planejamento territorial participativo.



Seminário "Planejamento do Desenvolvimento Territorial de Sergipe" de 6 a 9/02/2007 e outras Oficinas.

## Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe





## 2.1. Os Territórios Instituídos

A seguir são enumerados os principais elementos que justificam a identidade de cada um dos oito territórios instituídos.

### Território do Sul Sergipano



- Composto por onze municípios: Arauá, Boquim, Cristinápolis, Estância, Indiaroba, Itabaianinha, Pedrinhas, Salgado, Santa Luzia do Itanhi, Tomar do Geru e Umbaúba.
- Representa 14,5% da superfície territorial do estado, com 3.193,6 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o "Território do Sul Sergipano" contava com uma população de 249.387 habitantes, e densidade demográfica de 78 hab/km<sup>2</sup>, representando 12,5% da população do estado.
- Região marcada pela citricultura dando-lhe forte identidade.
- Na faixa litorânea, potencial turístico, com a presença de praias, dunas e manguezais.
- Estância é o principal centro urbano, caracterizando-se pelas atividades comerciais e serviços, além da feira que aumenta a sua centralidade.
- PIB: 7% do estado.
- Pastagens, gado para corte.
- Amplitude intensa de IDH, oscilando de entre os mais baixos do estado em Santa Luzia do Itanhi a Estância próximo a 0,700.
- Esperança de vida ao nascer entre 60 e 65 anos.
- Índices de mortalidade infantil elevados.
- Exclusão social elevada, com alta incidência de privação de saneamento e de renda.
- Parte do Território inserido na Unidade de Conservação – Área de Proteção Ambiental do Litoral Sul.



### Território do Centro-Sul Sergipano



- Formado por cinco municípios: Lagarto, Poço Verde, Riachão do Dantas, Simão Dias e Tobias Barreto.
- Representa 16,1% da superfície territorial do estado, abrangendo 3.551,5 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o "Território do Centro-Sul Sergipano" contava com uma população de 221.650 habitantes, com 11,1% da população do estado.
- Área de transição climática para o semi-árido.
- Terrenos do pediplano sertanejo, com presença de área serrana (Complexo Aguilhada).
- Forte participação das pastagens, com destaque para o rebanho bovino.
- Policultura: laranja, maracujá, abacaxi, abóbora, milho, feijão e mandioca.
- Distribuição da terra: pequenas propriedades com predomínio de pastagens.
- Na área serrana, presença de brejos de altitude.
- Pressão sobre a terra: presença de assentamentos rurais.
- Significativa participação do comércio.
- Lagarto se destaca como centro regional secundado por Tobias Barreto.
- Presença de grandes feiras responsáveis pela centralidade urbana (Lagarto, Tobias Barreto e Simão Dias).
- Expressiva indústria de alimentos e confecção.
- PIB: 5,1% do estado.
- IDH menor do que 0,600 na maioria dos municípios.
- Acentuada participação de população com mais de 50% da renda resultante de transferências governamentais.
- Esperança de vida baixa.
- Índices de mortalidade infantil elevados.



## Território da Grande Aracaju



- Composto por nove municípios: Aracaju, Barra dos Coqueiros, Itaporanga d'Ajuda, Laranjeiras, Maruim, Nossa Senhora do Socorro, Riachuelo, São Cristóvão e Santo Amaro das Brotas.
- Representa 9,9% da superfície territorial do estado, com 2.192 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o "Território da Grande Aracaju" contava com uma população de 875.098 habitantes, e densidade demográfica de 399 hab/km<sup>2</sup>, representando 43,7% da população do estado.
- Concentra a maior parte da população e atividades econômicas do estado.
- Forte centralidade urbana de Aracaju, em decorrência da concentração de funções comerciais, industriais e administrativas mais especializadas.
- Formação metropolitana.
- PIB representa 49,2% do Estado e PIB Industrial 44,7% do estado.
- Estrutura industrial relativamente diversificada.
- Potencial de turismo de eventos.
- IDH mais elevado do estado.
- Menores índices de mortalidade infantil.
- Esperança de vida ao nascer acima de 65 anos.
- Menores níveis de exclusão social.
- Renda per capita mais elevada.
- Entorno de Aracaju voltado ao seu abastecimento (pessoas e mercadorias)



## Território do Leste Sergipano



- Formado por nove municípios: Capela, Carmópolis, Divina Pastora, General Maynard, Japaratuba, Pirambu, Rosário do Cateite, Santa Rosa de Lima e Siriri. Representa 6,7% da superfície territorial do estado, com 1.474,1 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o "Território do Leste Sergipano" contava com uma população de 91.779 habitantes, e densidade demográfica de 62 hab/km<sup>2</sup>, representando 4,6% da população do estado.
- Capela e Japaratuba são os centros urbanos mais importantes, a proximidade de Aracaju reduz a força de atração dos centros urbanos locais.
- Área de clima semi-úmido, com a presença de tabuleiros costeiros e planície litorânea.
- Concentração da terra e estrutura fundiária rígida.
- Pressão sobre a terra, presença de assentamentos e acampamentos.
- IDH dentre os mais elevados do estado em razão dos altos níveis de renda per capita.
- Forte concentração de recursos minerais, com destaque para salgema, potássio calcário, petróleo e gás natural.
- Área banhada pela bacia do Rio Japaratuba.
- Solos profundos e de alta fertilidade natural adequados à cana de açúcar.
- Unidade de Conservação – Reserva Biológica de Santa Isabel e Área de Proteção Ambiental do Litoral Norte.
- PIB representa 11,9% do Estado e PIB Industrial 19,1% do estado.
- Importância dos royalties de Gás e Petróleo na composição das finanças municipais.



## Território do Agreste Central Sergipano



- Formado por quatorze municípios: Areia Branca, Campo do Brito, Carira, Frei Paulo, Itabaiana, Macambira, Malhador, Moita Bonita, Nossa Senhora Aparecida, Pedra Mole, Pinhão, Ribeirópolis, São Domingos e São Miguel do Aleixo.
- Representa 14,2% da superfície territorial do estado, com 3.132 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o "Território do Agreste Central Sergipano" contava com uma população de 231.175 habitantes, e densidade demográfica de 73,8 hab/km<sup>2</sup>, representando 11,6% da população do estado.
- Área de transição climática - região serrana e pediplano sertanejo
- Solos arenosos, na parte leste, e no oeste, solos rasos e pedregosos.
- Forte polarização de Itabaiana, principal distribuidor de produtos hortifrutigranjeiros do estado.
- Presença de grandes feiras, com destaque para Itabaiana e Carira.
- Melhor distribuição da terra, com destaque para a pequena propriedade e predomínio da policultura.
- Cultivos temporários: mandioca, feijão, milho e horticultura.
- Destaque para os perímetros irrigados.
- Presença de pequenas indústrias (cerâmica e materiais de transporte).
- PIB: 5,2% do estado, bom índice de empreendedorismo.
- IDH médio.
- Unidade de Conservação – Parque Nacional da Serra de Itabaiana.



## Território do Baixo São Francisco Sergipano



- Composto por quatorze municípios: Amparo de São Francisco, Brejo Grande, Canhoba, Cedro de São João, Ilha das Flores, Japoatã, Malhada dos Bois, Muribeca, Neópolis, Pacatuba, Propriá, Santana do São Francisco, São Francisco e Telha.
- Representa 9,0% da superfície territorial do estado, com 1.986,3 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o "Baixo São Francisco Sergipano" contava com uma população de 125.440 habitantes, e densidade demográfica de 63 hab/km<sup>2</sup>, representando 6,3% da população do estado.
- Propriá e Neópolis são os centros urbanos mais importantes.
- Clima semi-úmido, com irregularidade na distribuição das chuvas.
- Presença dos tabuleiros costeiros, com solos profundos e baixa fertilidade natural.
- Área banhada pela bacia do Rio São Francisco, que lhe dá forte identidade a partir da rizicultura e da plantação de coco.
- O PIB representa apenas 4,1% do estado.
- Presença da irrigação, da fruticultura e da piscicultura.
- Potencial turístico na foz do rio São Francisco.
- Pastagens com participação inferior a 60% da área dos estabelecimentos.
- Concentração da terra e presença de assentamentos rurais.
- Indústria incipiente, embora ocorram atividades extrativas minerais de petróleo e gás.
- Principais cultivos: arroz, coco e fruticultura.
- Níveis de exclusão social acima da média estadual, notadamente de exclusão de renda e de saneamento ambiental.
- Esperança de vida ao nascer abaixo da média sergipana.
- Índice elevado de mortalidade infantil.
- IDH entre 0,550 a 0,649.
- Propriá e Cedro de São João apresentam IDH significativamente mais elevado do que os demais municípios do território.



## Território do Médio Sertão Sergipano



- Composto por seis municípios: Aquidabã, Cumbe, Feira Nova, Graccho Cardoso, Itabi e Nossa Senhora das Dores.
- Representa 7,3% da superfície territorial do Estado, abrangendo 1.612,6 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o "Médio Sertão Sergipano" contava uma população de 64.612 habitantes, e densidade demográfica de 40 hab/Km<sup>2</sup>, representando 3,2 % da população do estado.
- Centros urbanos de maior destaque: Nossa Senhora das Dores e Aquidabã.
- Área de transição climática.
- Terreno do pediplano sertanejo, com presença de solos rasos e pedregosos.
- Intensa degradação da cobertura vegetal - Caatinga.
- Área banhada pela bacia do Rio São Francisco, na parte norte e pela bacia do Rio Japarutuba ao sul.
- Significativa participação da agricultura no PIB.
- Concentração da terra acima da média estadual.
- Concentração de estabelecimentos com mais de 500 hectares.
- Predomínio de pastagens.
- Forte concentração de rebanho bovino.
- Cultivos temporários: predominância do milho e feijão.
- Predomínio de população rural.
- Presença de pequenos centros urbanos, com destaque para a feira semanal como principal atividade comercial.
- Atividades industriais incipientes.
- Forte participação da Administração Pública no PIB (mais de 40% do PIB).
- Elevados índices de exclusão social, com privação de saneamento, educação e renda.
- Expectativa de vida inferior à média estadual.
- Índice de mortalidade infantil ainda elevado.
- IDH entre 0,550 a 0,649.



## Território do Alto Sertão Sergipano



- Formado por sete municípios: Canindé do São Francisco, Gararu, Monte Alegre de Sergipe, Nossa Senhora da Glória, Nossa Senhora de Lourdes, Poço Redondo e Porto da Folha.
- Representa 22,3 % da superfície territorial do estado, com 4.908 km<sup>2</sup> de área total.
- Em 2006, o território "Alto Sertão Sergipano" contava com uma população de 141.597 habitantes, e densidade demográfica de 28 hab/km<sup>2</sup>, representando 7,1% da população do estado.
- Principal centro urbano: Nossa Senhora da Glória.
- Área de clima semi-árido; baixa pluviosidade e acentuado déficit hídrico.
- Intensa degradação da cobertura vegetal – Caatinga.
- Inserida na bacia hidrográfica do Rio São Francisco.
- Produto Interno Bruto: 15,2% do PIB sergipano.
- Presença da Usina Hidrelétrica de Xingó, da CHESF.
- Potencial turístico.
- 25% do PIB industrial de Sergipe.
- Cultivos temporários: predominância do milho e feijão.
- Pastagem e pecuária leiteira.
- Pressão sobre a terra: assentamentos rurais.
- Movimentos sociais organizados e fortes, dando identidade participativa à região.
- Presença de pequenos estabelecimentos comerciais.
- Feira como centralidade urbana.
- Renda per capita baixa contrastando com o elevado PIB per capita.
- Forte exclusão social.
- Esperança de vida ao nascer mais baixa do estado.
- Índice de mortalidade infantil elevado.
- IDH inferior a 0,600.



O Quadro abaixo sintetiza as áreas de cada território e as porcentagens em relação a área total do Estado de Sergipe.

### Área abrangida pelos Territórios de Planejamento do Estado de Sergipe

TERRITÓRIOS	ÁREA (km <sup>2</sup> )	%
Sul Sergipano	3.193,60	14,5
Centro Sul	3.551,50	16,1
Grande Aracaju	2192,00	9,9
Leste Sergipano	1.474,10	6,7
Agreste Central	3.132,00	14,2
Baixo São Francisco	1.986,30	9,0
Médio Sertão	1.612,60	7,3
Alto Sertão	4.908,00	22,3
Total	22.050,10	100

## 3. CONSTRUÇÃO E AVALIAÇÃO DO PLANO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL PARTICIPATIVO

### 3.1 Participação Democrática

O Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe - PDTP está sendo elaborado a partir da participação democrática da sociedade e do engajamento de toda a Administração Pública Estadual. Efetivamente, a participação social ocorre durante todo o processo. Nos termos do Decreto que institui o processo do planejamento, a consulta popular em quatro instâncias:

- Conferências Municipais;
- Conferências Territoriais;
- Conferências Estadual Temáticas;
- Conferência Estadual do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo.



## Conferências Municipais

As Conferências Municipais ocorrerão, nos 75 municípios, no mês de junho de 2007, e terão como objetivos:

- I. promover um processo de mobilização e participação em todos os setores do município no Planejamento do Desenvolvimento Territorial;
- II. sugerir metas e projetos para o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe, observando as diretrizes previstas no Planejamento Estratégico de Sergipe – 2007/2010.
- III. Identificar as ações prioritárias de investimentos do Governo Estadual no município, que deverão subsidiar a elaboração do Plano Plurianual – PPA;
- IV. Propor a interlocução entre os diversos segmentos do município objetivando identificar as demandas prioritárias da população;
- V. Eleger os delegados para as Conferências Territoriais e Estadual.

A convocação e a realização das Conferências Municipais são de responsabilidade do Poder Executivo Municipal, que instituirá Comissão Executiva Municipal, formada por representantes do Poder Executivo, do Poder Legislativo e da sociedade civil organizada, para coordenar a mobilização, divulgação e realização da Conferência.

A Conferência adotará a sistemática da discussão em grupos temáticos que contarão com um mediador (a) e um relator (a), escolhidos entre os participantes. Os temas selecionados para a formação dos grupos atendem às diretrizes estratégicas da **Inclusão pelo Direito**:

1. Universalização dos Serviços de Saúde
2. Universalização do Ensino Público de Qualidade
3. Garantia de Segurança ao Cidadão
4. Proteção Social à População mais Vulnerável e às Minorias
5. Desenvolvimento Urbano e Habitação
6. Cultura, Esporte e Lazer
7. Modernização e Democratização da Administração Pública.

#### **Inclusão pela Renda:**

8. Infra-Estrutura: Sistema Viário, Transporte, Energia, Saneamento Ambiental.
9. Agropecuária
10. Indústria, Comércio, Serviços e Turismo.



Durante as Conferências Municipais serão eleitos delegados (titulares e suplentes) de acordo com os segmentos a seguir indicados, totalizando 10 titulares e 10 suplentes, que participarão das Conferências Territoriais.

- I. Representante do Poder Público.....03
- II. Representante da Iniciativa Privada..... 02
- III. Representante da Sociedade Civil Organizada.....05

### Conferências Territoriais

As Conferências Territoriais ocorrerão, em julho de 2007, nos oito territórios instituídos, e terão como objetivo consolidar e validar as demandas oriundas das Conferências Municipais. A consolidação dos Relatórios resultantes das Conferências Municipais orientará a elaboração dos oito Planos de Desenvolvimento Territorial.

Além da realização das Conferências Municipais e Territoriais o processo do planejamento, instituído através do Decreto nº 24.339, de 20 de abril de 2007, estabelece a realização de Conferências Estaduais Temáticas. Estas consistem no aprofundamento da consulta popular a qualquer área ou função de governo, sendo convocadas pelas Secretarias ou Órgãos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas como meio ambiente, saúde, educação, desenvolvimento urbano e outros. Uma delas, a Conferência das Cidades ocorrerá em agosto.

O calendário das Conferências Municipais e Territoriais encontra-se no Anexo II.

### Conferências Estadual Temáticas

Consistem no aprofundamento da consulta popular a qualquer área ou função de governo, sendo convocadas pelas Secretarias ou Órgãos responsáveis pela formulação e execução de políticas públicas relacionadas aos temas.

### Conferência Estadual do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo

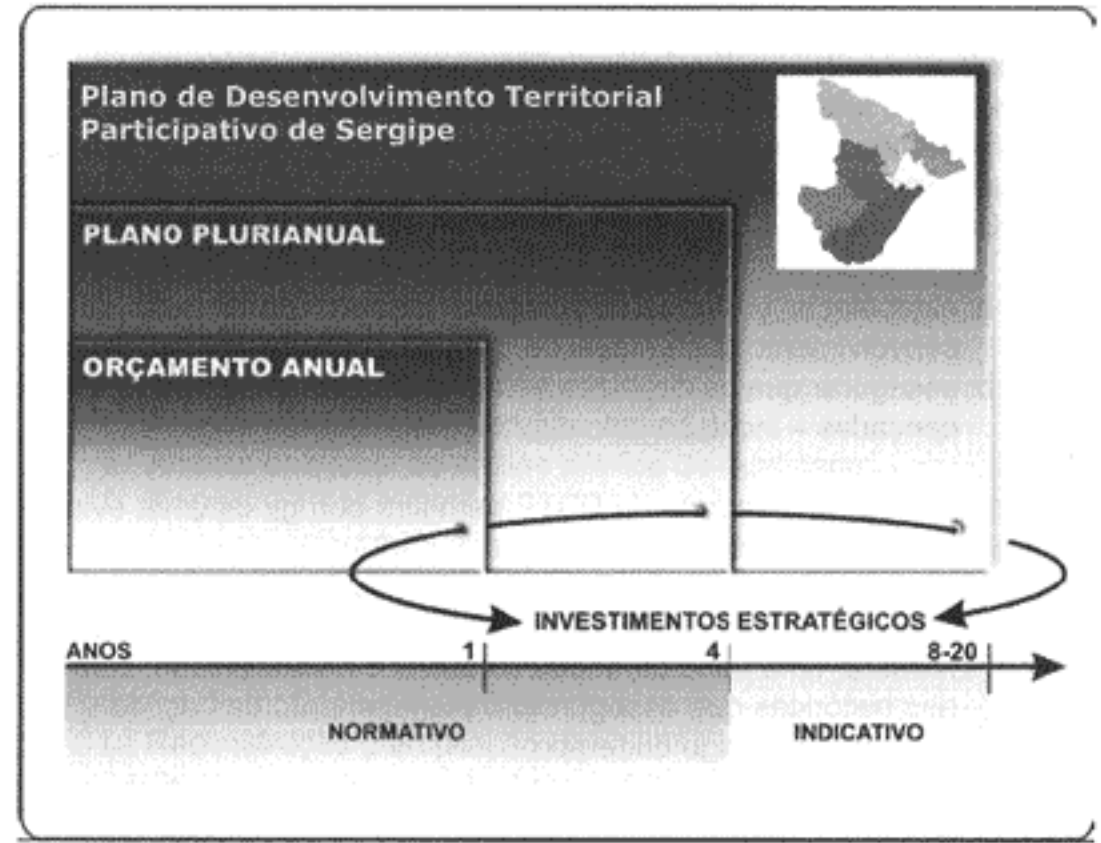
A Conferência Estadual do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo terá como objetivo construir um espaço de convergência social



para a definição das políticas, dos investimentos e formulação do Plano, a partir da consolidação das propostas oriundas das Conferências Territoriais e por intermédio da mobilização e participação popular, com vistas à integração das políticas e o estabelecimento de um Plano de Desenvolvimento Sustentável para Sergipe.

O PDTP orientará as ações e decisões que deverão fundamentar a elaboração do Plano Plurianual para o período de 2008 a 2011 e os Orçamentos Anuais do Governo. Assim, por sua natureza, o PDTP terá uma temporalidade diferente do normativo como o Plano Plurianual e o Orçamento Anual, onde há um limite real de prazo para a participação com inserção de demandas. O quadro abaixo esquematiza a distribuição dos instrumentos no contexto do processo do planejamento.

### Perspectiva do Planejamento



Fonte: Adaptado do Manual de Elaboração do Plano Plurianual 2008-2011.



### 3.2 Controle Social

A participação da sociedade civil no processo, após as conferências continuará através da sua representação nos Conselhos. Prevê-se a instituição de oito Conselhos de Desenvolvimento Territorial que terão como funções:

- i. receber, analisar e aprovar os projetos e as propostas decorrentes do Plano de Desenvolvimento Territorial.
- ii. acompanhar a execução do Plano de Desenvolvimento Territorial.

Os Conselhos de Desenvolvimento Territorial serão formados por representantes de diferentes setores da sociedade, assegurada a paridade na representação com o Poder Público.

### 3.3 Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe

O Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe - PDTP constituir-se-á num conjunto organizado de diretrizes estratégicas, objetivos e metas relativas às ações e investimentos que garantirão o desenvolvimento sustentável do Estado. Como instrumento do processo de planejamento da Administração Pública de Sergipe, o Plano terá como objetivos:

- a. estabelecer os fundamentos para garantir a promoção do desenvolvimento sustentável de Sergipe em base territorializada;
- b. assegurar que as diretrizes estratégicas estabelecidas sejam alcançadas – inclusão pelo direito e pela renda.

O processo de planejamento do PDTP permitirá corrigir lacunas evidenciadas nas avaliações das políticas públicas, elaboradas sem um planejamento efetivo, e com sua implementação busca-se:

- i. formatar uma base de dados confiável e especializada, com séries históricas que assegurem o planejamento das ações e sua avaliação ao longo do tempo;
- ii. fortalecer o PPA e LOA como instrumento de planejamento;
- iii. articular e integrar as políticas públicas;
- iv. fortalecer e ou criar mecanismos de controle social das políticas públicas;
- v. instituir o sistema de planejamento: plano, conselho e orçamento;



- vi. fortalecer a gestão participativa e territorializada;
- vii. capacitar o setor público na elaboração e utilização de indicadores e avaliação de políticas, programas, projetos e outros.

A estruturação do Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe será fundamentada nos valores, princípios e diretrizes estratégicas que norteiam a administração "Sergipe, Governo de Todos", e voltada para o alcance da missão e visão estabelecida. A Missão do Governo Marcelo Deda é:

**"Com base na ética, transparência e participação popular, promover a inclusão social e o desenvolvimento sustentável, utilizando as potencialidades regionais como instrumento de superação das desigualdades".**

A Visão de Futuro é:

**"A administração "Sergipe, Governo de Todos" será reconhecida como uma gestão participativa, exitosa na garantia do acesso aos serviços públicos de qualidade, no apoio afirmativo às populações com necessidades diferenciadas e na promoção de um desenvolvimento sustentável que diminuiu as desigualdades regionais e reduziu a exclusão social".**

As diretrizes estratégicas previstas são:

1. Diretrizes da inclusão pelo Direito
  - i. Acesso universal aos serviços de saúde;
  - ii. Acesso universal ao ensino público de qualidade.
  - iii. Segurança aos cidadãos.
  - iv. Proteção e inclusão social, com ênfase à população mais vulnerável e minorias.
  - v. Modernização, democratização e transparência da gestão pública.
2. Diretrizes da Inclusão pela Renda
  - i. Reconstrução e ampliação do sistema viário.
  - ii. Criação de infra-estrutura para o saneamento ambiental.

A Secretaria de Estado do Planejamento, instituição responsável pelo processo tem como Missão **"coordenar de forma participativa e inovadora o planejamento do desenvolvimento sustentável de Sergipe, visando a**



inclusão pelo Direito e pela Renda”, e como visão “ser reconhecida pela sociedade sergipana como órgão de excelência em planejamento estadual, com ênfase na integração das políticas públicas”.

Além de incorporar as diretrizes estratégicas, o Plano refletirá as ações e decisões resultantes das demandas apresentadas pela sociedade e poder público.

### 3.4 As Dimensões do Plano de Desenvolvimento

O Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo será alinhado com o Plano Estratégico do Governo e com os preceitos básicos do desenvolvimento sustentável. Assim, as dimensões do desenvolvimento sustentável que nortearão todo o processo de construção do Plano são:

#### Dimensão Econômico-Produtiva

Deverá ter como macrodiretriz: aumentar, de forma sustentável, a competitividade sistêmica do Estado, e como diretriz potencializar os sistemas logísticos de Sergipe de modo a buscar a eficiência econômica dos territórios, da capacidade de inovar, de diversificar, de usufruir e de articular recursos locais a fim de gerar oportunidades de trabalho e renda, de fortalecer as cadeias produtivas e de integrar os fluxos e redes de empreendimentos econômicos.

#### Dimensão Social

A dimensão social terá como macrodiretriz a promoção da equidade entre as regiões do estado e a inclusão social da população, especialmente, as mais vulneráveis e as minorias.

#### Dimensão Político-Institucional

Nesta dimensão interessa consolidar a gestão pública ética baseada em resultados e comprometida com a governabilidade democrática e a promoção da conquista e do exercício da cidadania.



#### Dimensão Cultural

Esta dimensão será construída tendo como referência a história, os valores e a cultura de cada Território e o respeito pela diversidade; o sentimento de pertencimento da população do Estado de Sergipe.

#### Dimensão Ambiental

A dimensão ambiental terá como macrodiretriz o fortalecimento da gestão dos recursos naturais e do Sistema Estadual do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, por meio da articulação institucional das entidades envolvidas e da capacitação dos gestores e da sociedade para a cidadania ambiental.

### 4. CONCLUSÃO

Do exposto, o Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe - PDTP será um instrumento que expressará a síntese das decisões alcançadas a partir da mobilização e participação de todos os atores sociais e institucionais envolvidos no processo de Planejamento do Desenvolvimento Territorial Participativo, instituído através do Decreto nº 24.339, de 20 de abril de 2007.

O Plano de Desenvolvimento Territorial Participativo de Sergipe não será um documento acabado, mas um instrumento de interação entre o Estado e a Sociedade, capaz de receber, alterar propostas e incluir novas, assegurando um desenvolvimento como processo coletivo no qual os interesses, necessidades e aspirações de toda população serão levadas em conta. O que se busca com o processo é a distribuição equitativa da renda e dos serviços entre as diferentes camadas da população dos territórios e do Estado de Sergipe.

**O processo de Planejamento do Desenvolvimento Territorial Participativo constituir-se-á não apenas na pedra angular no resgate da função planejamento, mas, sobretudo num marco histórico da política sergipana, no qual o desenvolvimento será possível graças ao alinhamento das condições circundantes favoráveis de natureza social, econômica e cultural e a política um instrumento de transformação de realidades.**

**É por isso que se justifica: Sergipe, Governo de Todos.**



## 5. BIBLIOGRAFIA

GOVERNO DE SERGIPE/SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO & UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE. **Estado de Sergipe: Uma Proposta de Territorialização para o Planejamento**; Prof. Dr. Olívio Alberto Teixeira, Prof. Dr. Ricardo Lacerda de Melo e Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Vera Lúcia Alves França (Coordenadora); Vol.1 e 2, Aracaju, abril de 2007.

GOVERNO DE SERGIPE/SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO. **Relatório do Seminário Planejamento do Desenvolvimento Territorial de Sergipe**, Aracaju, fevereiro de 2007.

HAESBAERT, R. **Morte e Vida da Região**. Trabalho apresentado no 4º Seminário do Pensamento Geográfico (mesa-redonda "Paradigmas da Geografia"), UNESP – Presidente Prudente, em setembro de 2001, e amplamente reformulado, no XXII Encontro Estadual de Geografia (conferência "um balanço da questão regional na Geografia"), AGB-Porto Alegre, Rio Grande, maio de 2002.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. Guia para o Planejamento**. Brasília, novembro, 2005.

SANTOS, M. **Da Totalidade ao Lugar**, São Paulo, EDUSP, 2005.



## ANEXO I

Dimensões Variáveis e Indicadores da Investigação



DIMENSÃO	VARIÁVEL	INDICADORES
ECONÔMICO - PRODUTIVA	PRODUÇÃO	PIB per capita
		PIB Grandes Setores - %
		Numero de Estabelecimentos de comércio e Serviços
		% de Participação da Administração Pública na Formação do PIB Municipal
		% do Município na Formação do PIB Industrial do Estado
		% Indústria Extrativa no PIB Municipal
		% de Utilização das Terras - Pastagens e Lavouras
		% de Utilização das Terras - Culturas Permanentes e Temporárias
		% de Utilização das Terras - Cultura Predominante (Área Plantada)
		Principais Culturas (Área Plantada e Valor da Produção)
		Índice de Empreendedorismo (Empresas Formais /PEA)
		Crédito Rural (Pronaf) Recebido pela Agricultura Familiar do Município
		ECONÔMICO - PRODUTIVA
% de Agricultura Patronal no N° Total de Estabelecimentos da Produção Agrícola		
% da Área Agrícola Total Ocupada pela Agricultura Familiar		
% da Área Agrícola Total Ocupada pela Agricultura Patronal		
% do Total Municipal de Estabelecimentos que possuem até 50 ha		
% da Área Total Municipal dos Estabelecimentos com até 50 ha		



DIMENSÃO	VARIÁVEL	INDICADORES		
ECONÔMICO - PRODUTIVA	RENDIMENTO	% da Área Total Municipal dos Estabelecimentos que possuem mais de 500 ha		
		% do N° Total Municipal de Estabelecimentos que possuem mais de 500 ha		
		Renda per capita		
		% de Pessoas com mais de 50% da Renda Proveniente de Transferências Governamentais (2000)		
		% da Renda Municipal Proveniente de Transferências Governamentais (Aposentadorias, Pensões e Programas de auxílio, tais como bolsa escola, renda mínima seguro-desemprego, etc) na Renda Total do Município		
		ECONÔMICO - PRODUTIVA	FINANÇAS PÚBLICAS	Arrecadação Tributária Municipal (IPTU, ISS, IBTI, etc)
				Arrecadação Tributária Municipal per capita
				Transferências de Tributos Estaduais para os Municípios (ICMS, Outros)
				Transferências de Tributos Estaduais per capita
				Total de Recursos Federais Recebidos
				Total de Recursos Federais Recebidos per capita
		ECONÔMICO - PRODUTIVA	RECURSOS FEDERAIS	Total Recebido do Gov Federal na Função de Governo "Assistência Social"
				Recebimentos do Gov Federal na Função de Governo "Assistência Social" per capita
Total Federal Recebido na Função "Bolsa-Família"				
"Bolsa-Família per capita"				
Total de Recebimentos Federais na Função de Gov. "Educação" + Transferências do FUNDEF				



DIMENSÃO	VARIÁVEL	INDICADORES
		Recebimentos Federais na Função de Gov. Educação + Transferências do FUNDEF <i>per capita</i>
		Total de Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. "Saúde" Total de Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. "Saúde"
		Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. "Saúde" <i>per capita</i>
		Total de Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. Encargos Especiais – FPM
		Recursos Federais Recebidos na Função de Gov. Encargos Especiais – FPM <i>per capita</i>
		Total Recebido na Função de Gov. Encargos Especiais "Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural"
		"Royalties pela Produção de Petróleo e Gás Natural" <i>per capita</i>
SOCIAL	POPULAÇÃO	Índice de Desenvolvimento Humano
		População Absoluta
		Densidade Demográfica
		Predomínio População Rural – Urbana
		Taxa de Crescimento da População Rural 1991-2000
		Taxa de Crescimento Populacional 1991-2000
		Varição Absoluta da População Total (1991-2000)
		Varição Absoluta da População Urbana (1991-2000)
		Varição Relativa da População Total (1991-2000)
		Varição Relativa da População Urbana (1991-2000)



DIMENSÃO	VARIÁVEL	INDICADORES
SOCIAL	EDUCAÇÃO	Taxa de escolarização
		% da População de 7 a 14 anos na Escola (2000)
		% da População de 10 anos ou mais com 15 anos ou mais de instrução
		Matrícula na Pré-Escola
		Matrícula no Ensino Fundamental
		Matrícula no Ensino Médio
SOCIAL	VULNERABILIDADE SÓCIO-ECONÔMICA	Mortalidade Infantil
		Longevidade
		Esperança de Vida
		Leitos Hospitalares <i>per capita</i>
		% de Pessoas que vivem em Famílias com razão de dependência maior do que 75%
		% de Domicílios com Água Encanada
		% de Domicílios sem Renda
		% de Domicílios sem Coleta de Lixo
		% de Pobres (2000)
		% de Indigentes (2000)
GEO-AMBIENTAL	VEGETAÇÃO	Cobertura Vegetal
	GEOMORFOLOGIA	Unidades geológicas e formação do relevo

DIMENSÃO	VARIÁVEL	INDICADORES
	PEDOLOGIA	Principais Tipos de Solos
	GEOLOGIA	Unidades Geológicas
	HIDROGRAFIA	Principais Bacias Hidrográficas
	CLIMA	Pluviosidade
POLÍTICO-INSTITUCIONAL	CAPITAL SOCIAL	Número de Organizações Sociais por Município
		Entrevistas com Agentes de Desenvolvimento da PRONESE, do CEDRS e do MDA em Sergipe
SÓCIO-CULTURAL	CULTURA	Levantamentos Bibliográficos
		Nº e Tipos de Equipamentos Culturais Existentes
		Produção Artesanal
		Produção Artística Local

## ANEXO II

Calendário das Conferências Municipais, Territoriais e Estadual do PDTP e Conferência Estadual das Cidades



Territórios	Alto Sertão	Médio Sertão	Sul de Sergipe	Centro Sul	
<b>Conferências Municipais</b>					
Datas	05/06	06/06	06/06	12/06	14/06
Municípios	Canindé do São Francisco Poço Redondo Porto da Folha Gararu Nossa Senhora da Glória Monte Alegre de Sergipe Nossa Senhora de Lourdes	Aquidabã Cumbe Nossa Senhora das Dores Feira Nova Graccho Cardoso Itabi	Estância Indiaroba Itabaianinha	Araúá Boquim Cristinápolis Tomar do Geru Umbaúba Santa Luzia do Itanhi Pedrinhas Salgado	Lagarto Poço Verde Riachão do Dantas Tobias Barreto Simão Dias
<b>Conferências Territoriais</b>					
Locais das Conferências Territoriais	NOSSA SENHORA DA GLÓRIA	AQUIDABÃ	BOQUIM	SIMÃO DIAS	
Datas	04 DE JULHO	10 DE JULHO	13 DE JULHO	17 DE JULHO	



Territórios	Leste Sergipano	Agreste Central	Baixo São Francisco	Grande Aracaju			
<b>Conferências Municipais</b>							
Datas	14/06	15/06	15/06	19/06	20/06	21/06	03/07
Municípios	Capela Carmópolis Divina Pastora General Maynard	Japaratuba Rosário do Calete Santa Rosa de Lima Siriri Pirambu	Moita Bonita Pedra Mole Pinhão Ribeirópolis	São Domingos Nossa Senhora Aparecida São Miguel do Aleixo Areia Branca Campo do Brito Carira Frei Paulo Itabaiana Macambira Malhador	Muribeca Japoatã Neópolis Santana do São Francisco Ilha das Flores Pacatuba Brejo Grande	Canhoba Amparo do São Francisco Telha Cedro de São João Propriá Malhada dos Bois São Francisco	Nossa Senhora do Socorro Barra dos Coqueiros Itaporanga d'Ajuda Laranjeiras Maruim Riachuelo Santo Amaro das Brotas São Cristóvão *ARACA-JU
<b>Conferências Territoriais</b>							
Locais das Conferências Territoriais	JAPARATUBA	ITABAIANA	PROPRIÁ	ARACAJU			
Datas	19 DE JULHO	24 DE JULHO	26 DE JULHO	28 DE JULHO			

\* A Conferência Municipal de Aracaju vai ser realizada nos dias 19 e 20 de Julho de 2007.

CONFERÊNCIA ESTADUAL	ARACAJU	18/08
CONFERÊNCIA ESTADUAL DAS CIDADES	ARACAJU	25/08